

-----

**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR –  
CEDRAF**

**CURITIBA – 23 DE FEVEREIRO DE 2006**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e seis, às 09:00 horas, na Sala de Reuniões do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, em Curitiba, Paraná, reuniram-se os Conselheiros do CEDRAF e demais convidados, para a Décima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – CEDRAF. A Convocação da Reunião, realizada pelo seu Presidente, no dia 10 de fevereiro de 2006, através do Ofício Circular nº 02/2006 – CEDRAF, com a seguinte **Pauta**: 1) Abertura; 2) Aprovação da ATA da 13ª Reunião Ordinária; 3) Informes da Secretaria Executiva e Câmaras Técnicas; 4) Credenciamento de Entidades de ATER; 5) Proposta de Ampliação do Território Sudoeste; 6) Definição de Critérios para os Projetos do PRONAT 2006; 7) Assuntos Gerais. **Conselheiros e Convidados Presentes**: Presidente do CEDRAF e Secretário de Estado Orlando Pessuti (SEAB); Silvio Galvan (APASEMA); João Carlos Sampaio Torrens (DESER); Aníbal Rodrigues (IAPAR); Nelmar Nunes Wendling (SFA/MAPA), José Maria Vicente Rodrigues (ARCAFAR/Sul), Nestor Bragagnolo (SEPL), Miriane Costa Ballista (CONAB), Mário Plefk (FETAEP); Eugenio M. Bittencourt (AMP), Sergio M. Bittencourt (SEMA); Luiz Pirin (FETRAF SUL); Sabrina Parrino (SETP); Ivo Nairnei (APPA); Alcení Domingues (FEPAR); Cassiano Bragagnolo (OCEPAR); Carlos Roberto Bittencourt (DEAGRO), Edmir Manoel Ferreira (Federação dos Pescadores); Marcelo Passos (AOPA/Rede Ecovida). Participaram ainda, sem direito a voto, os convidados Olívio Dambrós (UNICAFES); Celso Cerato e Ademir Dressler (Emater); Reni Antonio Denardi, José da Encarnação Leitão e Paulo César Nascimento (MDA/DFDA-PR); Cleusa Francesquet Gavacki, Marystela Valdameri e James Guido Xavier (Condetec/Cantuquiriguaçu), Maria Aparecida Geffer e Luiz Carlos de Lima (Fórum Paraná-Centro); Osvaldo Rachele (Amocentro); José Luiz Schwab (Arcafar-Sul); Remi Sterzelecki (Presidente da Suinosul); José Marcelo Pangone (Agrocoop); Eliani Marson e Fernando César Machado (Emater/N. S. Bárbara); Valdecir Gonçalves da Rocha (Vereador Congonhinhas); Jean Kleuber Novais Sá Teles (Presidente Câmara de Vereadores de Abatia); Luciano Merhy (Prefeitura de Congonhinhas); Eliane Aparecida Marcon (Representante do Pró-Território Nordeste); Osmar Schultz (SEAB-Deagro) e Luiz Carlos Teixeira Lopes (SEAB/Secretário Executivo do CEDRAF). **Abertura**: O Presidente do CEDRAF, Secretário de Estado Orlando Pessuti, cumprimentou os presentes, procedeu a leitura do Ofício de Convocação da Reunião, com a respectiva pauta e solicitou que os conselheiros e demais participantes da reunião se apresentassem. O representante da Prefeitura Municipal de Congonhinhas, Luciano Merthy, agradeceu a oportunidade, destacou a importância do projeto de crédito fundiário para 200 famílias na região e solicitou apoio ao pleito da região nordeste de ser reconhecida como pré-território pelo CEDRAF. **Aprovação da Ata**: Foi colocada em apreciação dos conselheiros, sendo acrescida a representação da ARCAFAR que não constava na proposta de ata encaminhada. Após essa consideração, a

ATA da 13 Reunião foi aprovada por unanimidade. **Informes da Secretaria Executiva e das Câmaras Técnicas:** Lopes entregou o informe impresso, referente ao período de 30 de novembro a 23 de fevereiro, destacando as ações em desenvolvimento rural e a participação ativa das câmaras técnicas e do Comitê de ATER. Reafirmou a necessidade do Conselho indicar os representantes para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural. Destacou as solicitações de algumas iniciativas em desenvolvimento rural em serem reconhecidas ou apoiadas pelo CEDRAF em relação a recursos de infraestrutura, como Pro-Amusep e o Território Nordeste e as ações territoriais desenvolvidas pela parceria Fetaep e Emater. O secretário Executivo propõe a realização de reunião específica para debater territórios e desenvolvimento rural com a participação do grupo da SEPL que elabora a nova proposta estadual sobre o tema. **Credenciamento de Entidades de ATER:** O Conselheiro Aníbal Rodrigues, membro do Comitê de ATER, apresentou o Parecer 01/2006 da referida equipe, destacando a recomendação de aprovar 11 entidades e aprofundar as análises das demais. As justificativas para aprovação das entidades foram: - Situação regular da documentação exigida (Requerimento, Declaração, Cadastro da entidade - Doc.01, Cadastros dos servidores/profissionais - Doc.02, Cópia do Estatuto e um breve histórico da entidade e de suas atividades). Demais razões observadas pelo Comitê na análise para a recomendação de aprovação: - Estrutura e gestão reconhecidas; - Entidade com reconhecimento público em Serviços de Ater na área de abrangência proposta. - Entidades com experiência na execução de projetos de desenvolvimento sustentável. Para o caso do STR de Rio Azul o Comitê de ATER recomenda esclarecer como se dá a relação jurídica dos agricultores experimentadores (quadro de servidores/profissionais) com o Sindicato e necessidade de substituição do Histórico apresentado, detalhando a estratégia de ação da entidade em Ater. Com relação às outras quatro entidades, o Comitê não recomenda ainda a aprovação, pois entende que há necessidade de maiores informações das regiões e dos usuários sobre a atuação destas. O Secretário Pessuti alertou sobre a necessidade de ser criterioso com o credenciamento. Luiz Pirin e João Torrens sugeriram o acompanhamento das entidades credenciadas pelos conselheiros e pelos territórios, podendo haver descredenciamento das entidades que não cumprirem seus compromissos. Luiz Lopes e José Leitão lembram que as entidades podem se credenciar com um ano de fundação, porém para acessar recursos do DATER necessitam de três anos de constituição, além de se habilitarem aos editais específicos. José Maria (Arcafar) reconhece o trabalho do comitê e relata sobre a ARCAFAR SUL, sua constituição e participação junto aos agricultores familiares. Sergio (SEMA) demonstra seu contentamento sobre as empresas interessadas no processo de ATER, porque tem desde a EMATER-PR até uma pequena empresa de planejamento participando desse processo. Lopes defende o encaminhamento do credenciamento e aprovação das entidades. Mario Plefk questionou a proposta de credenciamento do Sindicato Rio Azul, alegando que os sindicatos são entidades reivindicatórias e representativas, não sendo responsáveis pela execução de ações, além de questionar a área de atuação do referido sindicato, pois entende que a abrangência deste, deve ser municipal. Após intenso debate, os conselheiros aprovaram o Credenciamento das 10 entidades a seguir

identificadas: **01.** Ambiens Sociedade Cooperativa – AMBIENS, ano de fundação: 2000 - Sede: Curitiba/PR; **02.** Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis - COOPERAFLORRESTA, ano de fundação: 2003 - Sede: Barra do Turvo/SP; **03.** Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia – AOPA, ano de fundação: 1995 - Sede: Curitiba/PR; **04.** Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil – ARCAFAR-SUL, ano de fundação: 1991, Sede: Barracão/PR; **05.** Cooperativa Iguazu de Prestação de Serviços Ltda – COOPERIGUAÇU, ano de fundação: 1988 - Sede: Francisco Beltrão/PR; **06.** Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER, ano de fundação: 1988 - Sede: Curitiba/PR; **07.** Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, ano de Fundação: 1979 - Sede: Curitiba/PR; **08.** Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro Oeste do Paraná - Fundação RURECO, ano de Fundação: 1986 - Sede: Guarapuava/PR; **09.** Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoord – IAF, ano de Fundação: 1995 - Sede: Turvo/PR; **10.** Instituto Maytenus para Desenvolvimento da Agricultura Sustentável – INSTITUTO MAYTENUS, ano de Fundação: 2003 - Sede: Toledo/PR. Quanto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Azul – STR de RIO AZUL, fundado em 1972, com sede em Rio Azul, PR, os conselheiros recomendaram que sejam esclarecidas a área de atuação da entidade e a relação com os agricultores experimentadores. As demais entidades a seguir relacionadas: Associação Regional de Cooperação Agrícola – ARCOAGRI, Ano de Fundação: 1992 - Sede: Guarapuava/PR; Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Agricultura – AGROCOOP, Ano de Fundação: 2003 - Sede: Ibaiti/PR; Consultoria e Assessoria Técnica em Agronegócio Ltda. – NOCE, Ano de Fundação: 2004 - Sede: Pitanga/PR; A.M.F Planejamento e Consultoria, Ano de Fundação: 2000 - Sede: Ribeirão Claro – PR, deverão providenciar documentações que comprovem sua participação na orientação aos agricultores familiares. O Comitê de Ater e a Secretaria Executiva do CEDRAF solicitarão às entidades representativas da agricultura familiar as informações necessárias. João Torrens propõe debater o tema ATER em uma reunião com tempo estabelecido.

**Proposta de Ampliação do Território Sudoeste:** Luiz Pirin, em nome do Grupo Gestor do Território, esclareceu sobre a decisão do Sudoeste do Paraná em participar do processo de desenvolvimento com um só território, destacando a identidade regional e a articulação das organizações e movimentos sociais presentes nos 42 municípios, distribuídos nas regiões polarizadas por Francisco Beltrão e Pato Branco. Pede aos conselheiros a aprovação desse processo de unificação. A ampliação de um plano para região sudoeste permitirá discutir o Sudoeste como um todo e não separado - afirma Pirin - solicitando apoio dos conselheiros. José Maria (Arcafar) resumiu o anseio da região em ter um só plano territorial, apoiando iniciativa de unificação dos 42 municípios do sudoeste paranaense. – Wanderley(CRESOL) concorda com a ampliação para toda região, porque vai dar uma oportunidade para ações mais efetivas para todos os municípios. O Presidente colocou em deliberação, sendo aprovada por unanimidade a proposta de ampliação do Território do Sudoeste do Paraná para 42 municípios. **Definição de Critérios para os Projetos do PRONAT 2006:** O Delegado Federal de Desenvolvimento Agrário no Paraná e Conselheiro do CEDRAF, Reni Denardi, informa que, apesar do orçamento anual da união ainda

não ter sido aprovado, os contratos devam ser firmados até junho para ajustarem-se ao calendário deste ano, em função do período eleitoral. Esclareceu que o valor deve ser o mesmo do ano passado, R\$ 4.098.000,00, sujeitos à confirmação. Destes, 95% são para investimento e apenas 5% para custeio. As orientações básicas são as mesmas da Resolução. Nº 37 do CONDRAF, sendo no mínimo 70% dos recursos para territórios e o restante para apoio a outros projetos fora dos territórios, mas sempre projetos inter municipais, que busquem a integração de ações regionais. O MDA receberá os planos até o final de abril, sendo que os projetos aprovados no ano passado, deverão ser contemplados este ano. Alguns projetos que estão tramitando, via CEDRAF, tem negociação com o MDA e do Governo do Estado e outras entidades. Outros atores, mesmo sem valores definidos, possivelmente demandarão uma parte importante dos recursos previstos para o Estado do Paraná, em termos de investimento para 2006, sendo que um deles é o investimento para apoio à extensão rural através da EMATER (contratação de técnicos, compra de veículos, etc.). Reni informou sobre o Projeto Escola da Carne, apresentado pela Suinosul, entre outros, que recebem apoio do MDA. Afirma que neste ano, deveremos valorizar a relação dos projetos com os Planos de Desenvolvimento Territorial. Afirmou que os projetos do ano passado, deixaram a desejar e, neste ano, propõe maior atenção na qualidade dos projetos, sendo ampliado o número de itens a serem observados pelos analistas. Solicita respaldo dos conselheiros para a proposta. O Presidente coloca em apreciação as propostas encaminhadas pelo Reni Denardi. - Wanderley (Cresol) afirma que o CEDRAF, tem a responsabilidade de acompanhar os projetos aprovados, destacando a preocupação com as propostas que foram aprovadas em anos anteriores e não foram contratadas, como em Laranjeiras do Sul e Vale do Ribeira. Questiona a destinação de recursos do Pronat para estruturar a ATER e ampliar a Emater. Reconhece a importância da extensão rural, mas propõe que seja atendida com outras fontes de recursos. João Torrens reforça as posições do Wanderley, afirmando que os recursos devem ser definidos nos territórios, após amplo debate, buscando uma reestruturação mais profunda e igualitária no meio rural paranaense. O representante da AMP, Prefeito Eugênio Bittencourt, informa que o Município de Nova Laranjeiras possui 12.000 habitantes, sendo 10.500 na área rural e 1.500 na área urbana, exemplificando a importância de destinar recursos para o desenvolvimento rural, sendo o Pronat um bom exemplo disso. O Prefeito registra o processo de falência da agricultura familiar, em virtude da conjuntura atual e das mudanças climáticas. Afirma que nos últimos 60 dias, grande número de agricultores vendeu suas terras, indo engrossar os bolsões de pobreza e miséria. Destaca que os dois principais fatores para essa situação dramática são: a monocultura associada ao problema conjuntural e a instabilidade climática. Reafirma a necessidade de ações concretas para diversificação da agricultura familiar, pois com soja e milho é inviável manter as famílias com qualidade de vida no campo. Solicita, portanto, que os recursos em investimento sejam concentrados em territórios que tenham planos sustentáveis. Luiz Pirin solidariza-se com as preocupações do conselheiro Eugênio. - Celso Cerato (Diretor da Emater) propõe que se destinem recursos para regiões como Reserva/Ortigueira que são extremamente carentes. Afirma também que a EMATER tem dado apoio aos territórios e entende que os recursos aportados à

extensão rural são aplicados no desenvolvimento territorial. - O secretário de Estado e Vice-Governador Orlando Pessuti: informa sobre sua saída da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento em final de março, agradece a colaboração dos conselheiros e de suas respectivas entidades representadas e se despede passando a presidência da reunião para Carlos Bittencourt. Os conselheiros saúdam Pessuti com uma salva de palmas. Em seguida, o presidente coloca em deliberação a proposta apresentada pelo Reni, sendo aprovada a proposta de avaliar os projetos pela qualidade, sem assegurar recursos pré-estabelecidos para cada território. - Carlos Bittencourt apresentou a proposta de ampliar o grupo de trabalho para análise de projetos, incluindo a participação do Iparde e da Unicentro, sendo sugeridos os nomes de Valéria Villa Verde, do Iparde e Jorge Luiz Fávoro, pela Unicentro. João Torrens sugeriu o revezamento entre as Universidades. Os conselheiros foram favoráveis, devendo o grupo ser constituído por profissionais das seguintes entidades: SEAB/PRONAF, DESER, EMATER, FETAEP, MDA/DFDA, IAPAR, IPARDES e UNICENTRO. Remi Sterzelecki (SUINOSUL) informou sobre a proposta da Escola da Carne, na Região Metropolitana de Curitiba, articulada com o Território Centro-Sul. Afirma que é um desafio para a agricultura familiar, contando com o apoio e parceria de entidades como PUC, SEBRAE, Prefeituras Municipais, Emater e territórios.– A Escola da Carne engloba 03 pleitos básicos: formação profissional, um espaço para apresentação e comércio dos produtos produzidos pelos agricultores familiares ou pelos produtores artesanais dos territórios, os quais poderiam ser comercializados nesse espaço, além do protótipo de abatedouro móvel que apoiará a expansão dos chamados açougues fábricas. Remi relatou o que já está acontecendo em União da Vitória, onde o projeto açougue fábrica atende o mercado local. Justificou porque a proposta deve ser instalada em Campo Largo, junto a BR 377, mercado consumidor de 03 milhões de habitantes, devendo dobrar em dez anos. Está próximo ao centro-sul e maior consumidor de carne no Paraná. Chama a atenção para os territórios quanto ao baixo IDH, a falta de oportunidades de renda, é a questão fundamental: que é transformar milho em carne, considerando estratégico para os pequenos agricultores. O presidente da Suinosul apresentou slides sobre o empreendimento proposto. Bittencourt: propõe não debater o projeto no momento, encaminhando-o para o Grupo de Análises constituído pelo CEDRAF. **ASSUNTOS GERAIS: 6º Show Tecnológico do Centro –Sul do Paraná:** Os representantes de Iapar, Deser e SETP convidaram os conselheiros para o evento, na Unicentro, quando serão apresentados os Gargalos e Inovações Tecnológicas da Agricultura Familiar do Paraná, durante o Encontro e Mostra de Tecnologias da Agricultura Familiar do Paraná. - Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural: Após explanação do João Torrens (Conselheiro do CEDRAF e do CONDRAF), a Plenária deliberou pela participação de Carlos Bittencourt (governamental) e Olivo Dambrós, representante não governamental do CEDRAF na Plenária de Porto Alegre. - Alteração na Composição do CEDRAF: Carlos Bittencourt reafirmou que há consenso para a substituição do DEAGRO pela Delegacia Federal do MDA, enquanto a Agência de Fomento daria lugar à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e que a FEPAC seria substituída pela UNICAFES. Faltam definir a participação de mulheres e a demanda de representação dos territórios. Lembrou que a APASEMA e a CCA

não tem participado com muita frequência, necessitando de reavaliação. Foi sugerida a inclusão do Centro Paranaense de Agroecologia, a definir. Luiz Lopes reafirmou a necessidade de reestruturação do CEDRAF, propondo que na próxima reunião se apresente inclusive um novo nome para a secretaria executiva, dentro do princípio de alternância, buscando novos saberes e novas experiências para renovar o CEDRAF, conforme proposição da oficina de colegiados ocorridas no final de 2005. O presidente propôs a criação de um grupo composto de Luiz Lopes e Sabrina para preparar os ajustes finais para a reestruturação do Conselho.

Crédito Fundiário: Bittencourt agradeceu a colaboração dos parceiros que viabilizaram os projetos de Ramilândia e Congonhinhas, agradecendo também a participação dos conselheiros e convidados desta reunião. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, devendo a ATA ser lavrada e assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do CEDRAF, após sua leitura e aprovação na próxima sessão ordinária.